

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.204 - MG (2019/0284551-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
RECORRENTE : AUGUSTO CESAR DA SILVA (PRESO)
RECORRENTE : DAVI GOMES PEREIRA GUEDES
RECORRENTE : EBERT GUSTAVO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por **AUGUSTO CESAR DA SILVA, DAVI GOMES PEREIRA GUEDES e EBERT GUSTAVO DA SILVA OLIVEIRA**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consta dos autos que os recorrentes foram presos em flagrante pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 e 309 da Lei n. 9.503/97. A custódia foi convertida em preventiva no dia 5/6/2019, como forma de garantia da ordem pública e para conveniência da instrução criminal (e-STJ, fls. 42-45).

Neste recurso, a defesa alega constrangimento ilegal consubstanciado na ausência de fundamentação idônea para manutenção do decreto prisional, bem como no fato de serem os recorrentes primários.

Assevera que "O juízo singular - seguido pelo e. TJMG - inobservou o fato de que a excepcionalidade da manutenção da prisão cautelar visa evitar o exercício de poderes arbitrários na constrição da liberdade de cidadão não declarado definitivamente como culpado por prática criminosa." (e-STJ, fl. 170)

Sustenta que "no tocante às condições subjetivas dos envolvidos, percebemos que os Recorrentes são Primários, sendo que a manutenção no cárcere se mostra inaceitável e ilegal, nas condições aqui apuradas. A única conclusão plausível é que sejam expedidos os competentes alvarás de soltura para relaxar as prisões dos Recorrentes." (e-STJ, fl. 172)

Requer, assim, seja revogada a prisão preventiva dos recorrentes.

O pedido liminar foi indeferido (e-STJ, fls. 186-187).

Foram prestadas informações (e-STJ, fls. 190-253).

O Ministério Público Federal opinou pelo improvimento do recurso (e-STJ, fls. 258-262).

É o relatório

Decido.

Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

A prisão cautelar dos recorrentes foi decretada nos seguintes termos:

"Logo, tenho que se fazem presentes nos autos razões de ordem objetiva que recomendam o encarceramento provisório dos autuados,

ao menos por agora. uma vez que a ordem e a saúde públicas encontram-se vilmente atacadas, haja vista que o auto grau de censurabilidade e reproabilidade das condutas imputadas aos acusados, os quais **foram presos em flagrante quando traziam consigo droga destinada ao comércio. diga-se de passagem, aproximadamente 978,72 (novecentos e setenta e oito gramas e setenta e dois centigramas), quantidade bastante expressiva para a comarca de Barbacena, além de terem gerado diversos percalços durante a tentativa de suas abordagens, gerando perigo a incolumidade pública quando dirigiam em alta velocidade pelas vias.**

O Condutor do APFD relata que ao perceberem que seriam abordados pelos militares, a pessoa de BRUNO, que estava dirigindo o veículo no decorrer dos fatos, ignorou ordem de parada, tomando rumo ignorado, inclusive **causando danos a veículos por quais passou no momento da perseguição**, sendo certo que também foi notado pelos policiais que a pessoa de DAVI, dispensou um objeto, antes de deixarem o veículo e continuarem a fuga a pé.

Além disso, quando o acusado Augusto foi abordado em sua residência, a pessoa de EBERT, que se encontrava presente no momento, tentou ingerir uma substância, contudo, sem sucesso.

Quanto aos autuados **AUGUSTO E DAVI, embora primários, respondem a diversos inquéritos policiais, como se depreende das CAC e FAC juntadas aos autos, este, inclusive, com a mesma imputação dos autos, e o outro com extensa passagem pelo crime de roubo. Já os autuados BRUNO E EBERT, embora primários, foram pegos em situação que faz crer existirem fundadas suspeitas de seus envolvimento com o tráfico de drogas.** vetor de criminalidade, que autoriza a custódia cautelar.

Deixo consignado que a concessão de liberdade pode implicar em descredibilidade para as instituições de repressão à criminalidade, notadamente a criminalidade organizada como o tráfico de drogas.

Portanto, tenho que **se faz necessária a prisão preventiva para garantia da ordem pública, notadamente ante a reiteração criminosa dos autuados.**

[...]

Ademais, cuida-se de crime apenado com pena máxima superior a quatro anos, o que autoriza a prisão preventiva. Não se pode ainda perder de vista que em se tratando de crime equiparado a hediondo, é necessária uma reprimenda mais rígida do estado.

Logo, in casu. restam evidenciados o Mous comissi defleti e o periculum libertatis, inerentes à prisão preventiva.

Mediante tais considerações, com animo nos arts. 311 e 312 do CPP, decreto a prisão preventiva dos autuados visando a assegurar a ordem pública e por conveniência da instrução criminal." (e-STJ, fls. 43-45; sem grifos no original)

Extrai-se, ainda, do acórdão atacado:

"A prisão preventiva se encontra fundamentada em dados concretos

do processo, considerando a apreensão de 977 gramas de maconha e 0,9 gramas de crack, além de uma balança de precisão e vários utensílios utilizados para embalar.

Consta dos autos que, durante operação, policiais militares observaram a realização do tráfico de drogas por parte dos pacientes e do corréu.

Em um determinado momento, um veículo conduzido pelo corréu B.C.R. estacionou próximo ao comércio ilícito e o paciente Davi Gomes Pereira Guedes adquiriu entorpecentes.

Quando abordado pelos milicianos, o coautuado B.C.R. empreendeu fuga em alta velocidade, desrespeitando as regras de trânsito, vindo a colidir em diversos veículos, além de placas de sinalização.

Durante a tentativa de fuga, um o paciente Davi Gomes Pereira Guedes dispensou ao solo duas barras e um tablete de maconha.

Os militares voltaram ao ponto de venda de drogas e apreenderam mais substâncias entorpecentes com os demais impetrantes.

Tal fato demonstra que o paciente fazia da mercancia de drogas seu meio de vida, tudo a evidenciar sua periculosidade e possibilidade de reiteração a determinar a manutenção da custódia cautelar sob o auspício da ordem pública.

Portanto, diante do manancial delituoso mister se faz a prisão sobre os auspícios da ordem pública.

A prisão antes da sentença definitiva tem natureza cautelar, tendo o impetrado demonstrado a presença dos pressupostos de decretação da prisão preventiva - garantia da ordem pública - sendo a manutenção da custódia cautelar a medida que se impõe.

É o quanto basta para a manutenção da ordem pública.

[...]

A medida cautelar diversa da prisão no caso se mostra ademais totalmente divorciada da espécie, a tornar-se absolutamente ineficaz, diante da possibilidade de reiteração delitiva.

[...]

Das condições pessoais favoráveis: Agita ainda a defesa a soltura por serem os pacientes primários, possuindo bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita.

Primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita não justificam a revogação da cautela, se existem outros elementos autorizadores.

[...]

III - DISPOSITIVO: Ante o exposto DENEGO A ORDEM." (e-STJ, fls. 145-151)

Como se vê, a custódia cautelar dos recorrentes encontra-se suficientemente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, pois, quando da prisão em flagrante, foram apreendidos **978 (novecentos e setenta e oito) gramas de maconha, 0,9g (nove decigramas) de crack, uma balança de precisão e vários utensílios comumente usados para embalar drogas**. Tais circunstâncias autorizam o encarceramento cautelar dos recorrentes, consoante pacífico entendimento desta Corte no sentido de que a quantidade, a natureza ou a diversidade dos entorpecentes apreendidos podem servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.

Sobre o tema:

"[...]

2. Em vista da natureza excepcional da prisão preventiva, somente se verifica a possibilidade da sua imposição quando evidenciado, de forma fundamentada e com base em dados concretos, o preenchimento dos pressupostos e requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal - CPP. Deve, ainda, ser mantida a prisão antecipada apenas quando não for possível a aplicação de medida cautelar diversa, nos termos previstos no art. 319 do CPP.

No caso dos autos, a prisão preventiva foi adequadamente mantida na sentença, a qual indeferiu o direito de recorrer em liberdade com base em elementos concretos, a gravidade concreta da conduta e a periculosidade do agente, evidenciadas pela natureza e elevada quantidade das drogas apreendidas (177 porções de 'cocaína', com peso de 40,36g e 01 uma porção de 'maconha', com peso de 23,59g), o que denota a necessidade da prisão para resguardar a ordem pública, não havendo falar em existência de evidente flagrante ilegalidade.

[...]

Habeas corpus não conhecido."

(HC 393.308/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 20/3/2018, DJe 6/4/2018).

"*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS. GRAVIDADE CONCRETA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

1. A prisão preventiva constitui medida excepcional ao princípio da não culpabilidade, cabível, mediante decisão devidamente fundamentada e com base em dados concretos, quando evidenciada a existência de circunstâncias que demonstrem a necessidade da medida extrema, nos termos do art. 312 e seguintes do Código de Processo Penal.

2. No caso, a prisão cautelar foi decretada para a garantia da ordem pública, com base na gravidade concreta do delito, evidenciada pela quantidade e natureza da droga apreendida (170 invólucros plásticos, contendo cocaína, pesando 68,1 g e 20 invólucros plásticos contendo maconha, pesando 40,5 g), aliada às circunstâncias em que se deu a prisão em flagrante.

3. É consabido que eventuais condições subjetivas favoráveis ao paciente não são impeditivas à decretação da prisão cautelar, caso estejam presentes, como na hipótese, os requisitos autorizadores da referida segregação.

4. Ordem denegada."

(HC 425.704/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 27/2/2018, DJe 8/3/2018).

Ademais, em relação aos recorrentes AUGUSTO e DAVI, foi ressaltada a necessidade de se evitar a reiteração delitiva, pois, conforme consignado no decreto

preventivo, "embora primários, respondem a diversos inquéritos policiais, como se depreende das CAC e FAC juntadas aos autos, este, inclusive, com a mesma imputação dos autos, e o outro com extensa passagem pelo crime de roubo" (e-STJ, fls. 43-44), circunstância fática que corrobora a periculosidade de ambos ao meio social.

A propósito:

"*HABEAS CORPUS*. IMPETRADO EM SUBSTITUIÇÃO A RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. FLAGRANTE FORJADO. MATÉRIA NÃO EXAMINADA PELO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU QUE POSSUI REGISTRO CRIMINAL ANTERIOR POR CRIME DA MESMA ESPÉCIE. RISCO DE REITERAÇÃO. NECESSIDADE DA PRISÃO PARA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO.

[...]

3. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico, e a medida deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.

4. No presente caso, a prisão preventiva está devidamente justificada para a garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer delitos, porquanto o paciente possui outro registro criminal também pela prática de tráfico de entorpecentes. A prisão preventiva, portanto, mostra-se indispensável para garantir a ordem pública.

5. Nos termos da orientação desta Corte, inquéritos policiais e processos penais em andamento, muito embora não possam exasperar a pena-base, a teor da Súmula 444/STJ, constituem elementos aptos a revelar o efetivo risco de reiteração delitiva, justificando a decretação ou a manutenção da prisão preventiva (RHC n. 68550/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 31/3/2016).

6. As condições subjetivas favoráveis do paciente, por si sós, não obstam a segregação cautelar, quando presentes os requisitos legais para a decretação da prisão preventiva.

7. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 434.771/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 3/4/2018, DJe 12/4/2018).

"PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. CONDENAÇÃO.

PRISÃO PREVENTIVA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE RESPONDE A OUTRA AÇÃO PENAL. NEGATIVA DE RECORRER EM LIBERDADE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. NECESSIDADE DE ADEQUAR A CUSTÓDIA AO MODO DE EXECUÇÃO FIXADO NA SENTENÇA.

1. A validade da segregação cautelar está condicionada à observância, em decisão devidamente fundamentada, dos requisitos insertos no art. 312 do Código de Processo Penal, revelando-se indispensável a demonstração de em que consiste o *periculum libertatis*.

2. Segundo o disposto no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, 'o juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta'.

3. No caso, a manutenção da prisão preventiva está justificada pela reiteração delitiva do recorrente, que responde a outra ação penal pelo mesmo tipo de delito, a saber, tráfico de drogas. Assim, demonstrada a necessidade da prisão provisória para garantia da ordem pública e como forma de se evitar a reiteração delitiva.

4. Tendo em vista a fixação do regime inicial semiaberto para o cumprimento de pena, faz-se necessária a compatibilização da custódia cautelar com o modo de execução fixado na sentença condenatória.

5. Recurso parcialmente provido."

(RHC 93.888/MG, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/3/2018, DJe 9/4/2018).

Pelos mesmos motivos acima delineados, entendo que, no caso, é inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, porquanto a periculosidade dos recorrentes indica que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. Sobre o tema: RHC 91.896/BA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 23/03/2018; HC 426.142/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 5/4/2018, DJe 16/4/2018; e HC 400.411/SE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 7/12/2017, DJe 15/12/2017.

Ante o exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator